



1º Simulado

Magistratura

TJ MG

Simulado Juiz TJMG - 10/10/2021

Simulado Juiz TJ-MG

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para Juiz do TJ-MG;
- 2 - A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões A, B, C, D.
- 4 - Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 - Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 - O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 - Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-Juiz-TJMG-10-10-21>

- | | | | | |
|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
| 01 - A B C D | 21 - A B C D | 41 - A B C D | 61 - A B C D | 81 - A B C D |
| 02 - A B C D | 22 - A B C D | 42 - A B C D | 62 - A B C D | 82 - A B C D |
| 03 - A B C D | 23 - A B C D | 43 - A B C D | 63 - A B C D | 83 - A B C D |
| 04 - A B C D | 24 - A B C D | 44 - A B C D | 64 - A B C D | 84 - A B C D |
| 05 - A B C D | 25 - A B C D | 45 - A B C D | 65 - A B C D | 85 - A B C D |
| 06 - A B C D | 26 - A B C D | 46 - A B C D | 66 - A B C D | 86 - A B C D |
| 07 - A B C D | 27 - A B C D | 47 - A B C D | 67 - A B C D | 87 - A B C D |
| 08 - A B C D | 28 - A B C D | 48 - A B C D | 68 - A B C D | 88 - A B C D |
| 09 - A B C D | 29 - A B C D | 49 - A B C D | 69 - A B C D | 89 - A B C D |
| 10 - A B C D | 30 - A B C D | 50 - A B C D | 70 - A B C D | 90 - A B C D |
| 11 - A B C D | 31 - A B C D | 51 - A B C D | 71 - A B C D | 91 - A B C D |
| 12 - A B C D | 32 - A B C D | 52 - A B C D | 72 - A B C D | 92 - A B C D |
| 13 - A B C D | 33 - A B C D | 53 - A B C D | 73 - A B C D | 93 - A B C D |
| 14 - A B C D | 34 - A B C D | 54 - A B C D | 74 - A B C D | 94 - A B C D |
| 15 - A B C D | 35 - A B C D | 55 - A B C D | 75 - A B C D | 95 - A B C D |
| 16 - A B C D | 36 - A B C D | 56 - A B C D | 76 - A B C D | 96 - A B C D |
| 17 - A B C D | 37 - A B C D | 57 - A B C D | 77 - A B C D | 97 - A B C D |
| 18 - A B C D | 38 - A B C D | 58 - A B C D | 78 - A B C D | 98 - A B C D |
| 19 - A B C D | 39 - A B C D | 59 - A B C D | 79 - A B C D | 99 - A B C D |
| 20 - A B C D | 40 - A B C D | 60 - A B C D | 80 - A B C D | 100 - A B C D |

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

01. Em se tratando dos contratos de hospedagem remunerada, com múltipla e concomitante locação de aposentos nos apartamentos, a pessoas diversas, em condomínio edilício, de acordo com o entendimento do STJ, é correto afirmar que:

- a) Tratam-se de contratos atípicos, e, por essa razão, não há impedimento quanto à hospedagem remunerada, independentemente da Convenção Condominial trazer estipulado destinação residencial.
- b) Tais contratos são plenamente válidos, desde que a hospedagem remunerada, com múltipla e concomitante locação de aposentos, a diferentes pessoas, seja por curta temporada.
- c) Por se tratar de contratos atípicos, devem ser vedados quando a Convenção do Condomínio estabelecer a destinação residencial às unidades condominiais.
- d) Por se tratar de contratos atípicos, são vedados em qualquer hipótese, especialmente quando a Convenção do Condomínio estabelecer a destinação residencial.

02. Suponha que tenha sido a lei XYZ publicada em 02/10/2021. Com base nas disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, é correto afirmar que:

- a) Caso sua vigência não seja temporária, vigorará até que outra lei a revogue. Porém, caso outra lei revogue a lei revogadora, voltará a lei XYZ a vigorar.
- b) A lei XYZ entra em vigor, para aqueles que residem em Estado estrangeiro, 180 (cento e oitenta dias) após a sua promulgação, ou seja, no dia 02/04/2022.
- c) Caso sejam feitas correções no texto da lei XYZ, não haverá alteração no prazo de *vacatio legis*, uma vez que isso ocorre apenas com a alteração integral da lei e não de sua mera correção.
- d) A situação fática que se consolidou nos moldes da lei anterior à Lei XYZ é reputada ato jurídico perfeito, de modo que esta lei não pode alterar os efeitos do ato.

03. Tadeu, sabendo que seu vizinho João se ausentara da cidade para cuidar de seus pais que haviam adoecido, ocupou a casa do vizinho com seu filho Josias. Com base no disposto no Código Civil de 2002, é correto afirmar que:

- a) A posse de Tadeu pode ser considerada de boa-fé, portanto, caso queira requerer a usucapião, terá que exercer a posse do imóvel por dez anos.
- b) Caso Tadeu faleça após ter ocupado o imóvel por quinze anos, tendo-o utilizado como sua moradia, é possível que seu filho Josias requeira a propriedade do imóvel.
- c) Em caso de ação reivindicatória por parte de João, este deverá ressarcir Tadeu pelas benfeitorias úteis e necessárias.
- d) Em caso de ressarcimento, João deverá indenizar Tadeu pelo valor atual das benfeitorias realizadas no imóvel.

04. Em se tratando da Lei 8.245/1991 (Lei de Locações), é correto afirmar que:

- a) Durante o prazo determinado no contrato de locação, não poderá o locador, em hipótese alguma, reaver o imóvel, ficando sujeito, inclusive ao pagamento de multa proporcional ao período de cumprimento do contrato.
- b) A ação por meio da qual o locador pode reaver o imóvel, independentemente do fundamento para o término da locação é o despejo. A exceção ocorre nos casos de término da locação em razão de desapropriação.
- c) A morte do locador acarreta, automaticamente, a extinção do contrato de aluguel, ficando o locatário obrigado a desocupar o imóvel no prazo de 90 (noventa) dias.
- d) Nos casos de separação ou divórcio, permanecem ambos os cônjuges responsáveis pelos encargos do contrato de aluguel, exceto nos casos em que apenas um deles tenha assinado o contrato como responsável pela locação.

05. Clarindo reside com sua família no único imóvel que possui. Compondo seu patrimônio, para além do referido imóvel, ele conta com uma caminhonete, uma obra de arte, alguns vasos de cerâmica antigos e de vultoso valor e vários equipamentos e ferramentas que utiliza no serviço de mecânico. Em razão de dívida fiscal, determinou-se a penhora dos bens de Clarindo. Com base no texto expresso pela Lei 8.009/1990, poderão ser penhorados:

- a) Todos os bens de Clarindo, quantos sejam necessários para quitar a dívida.
- b) Apenas a caminhonete e a obra de arte, pois são os únicos excluídos da impenhorabilidade.
- c) A caminhonete, a obra de arte, os vasos, os equipamentos e as ferramentas, pois somente é impenhorável o bem imóvel.
- d) A caminhonete, a obra de arte e os vasos, pois são os únicos excluídos da impenhorabilidade.

06. Em se tratando dos defeitos dos negócios jurídicos, é correto afirmar que:

- a) Se o erro de indicação da pessoa ou da coisa, a partir de seu contexto e circunstâncias, permitir a identificação da coisa ou da pessoa cogitada, não viciará o negócio jurídico.
- b) A coação promovida por terceiro, nos casos em que a parte a quem ela aproveita tivesse conhecimento, torna nulo o negócio jurídico.
- c) Configura-se o estado de perigo quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- d) O negócio jurídico simulado é nulo, ainda que o que se dissimulou seja válido na forma e na substância, pois não se diferencia a simulação nocente da inocente no sistema atual.

07. Acerca dos alimentos, de acordo com o Código Civil de 2002 e com o entendimento do STJ, é correto afirmar que:

- a) A pretensão para reaver os alimentos vencidos é de um ano.
- b) São devidos alimentos quando o requerente não goza de bens suficientes, nem pode prover seu próprio sustento por meio de seu trabalho.
- c) Com a morte do alimentante, automaticamente o dever de alimentar se transfere aos avós do alimentando, ou seja, aos progenitores do alimentante.
- d) Para que se transfira o dever de alimentar aos avós, basta que se fique provado a impossibilidade de a mãe do alimentando prover seu sustento.

08. No que diz respeito ao testamento, com base no Código Civil de 2002 e conforme entendimento do STJ, assinale a alternativa correta:

- a) É válido o testamento particular feito de próprio punho que, a despeito da assinatura do testador, conste apenas com sua impressão digital.
- b) O testamento particular escrito de próprio punho somente será válido se assinado pelo testador, nos termos dos §§ 1º e 2º, do art. 1.876, não sendo válido, portanto, aquele no qual consta apenas a impressão digital do testador.
- c) Inexistindo testemunhas no momento da lavratura do testamento escrito de próprio punho e assinado pelo testador, impossível a sua confirmação pelo juiz, uma vez que fere o regramento previsto em lei.
- d) Segundo entendimento do STJ, em matéria testamentária prevalece o interesse do testador, porém, tal prevalência não atinge nem orienta o magistrado quanto ao sistema de nulidades.

09. Em se tratando das várias espécies de contratos, é correto afirmar, segundo o Código Civil de 2002:

- a) Caso fique a critério de apenas uma das partes a fixação do preço, o contrato de compra e venda é anulável, podendo subsistir as cláusulas legalmente válidas.
- b) A doação somente é possível quando feita por escritura pública. A doação verbal, porém, dispensa escritura desde que o objeto do contrato seja de pequeno valor.
- c) O prazo para revogação da doação é de um ano, a contar da data que em que o doador descobriu o fato que o autoriza.
- d) A deterioração da coisa alugada não justifica a solução do contrato, ainda que a coisa tenha perdido a sua finalidade, pois basta que o locatário peça a redução no valor do aluguel.

10. Em se tratando da responsabilidade civil, é correto afirmar, segundo o entendimento dos Tribunais Superiores:

- a) É cabível a responsabilização de jornalista, nos casos em que os comentários da matéria feita sobre outro jornalista forem demasiadamente ácidos e ofensivos, ainda que se trate de fatos verossímeis.
- b) A responsabilidade do Estado é objetiva, nos casos em que o jornalista, que está realizando a cobertura de manifestação, é ferido por agentes policiais, em decorrência de confrontos entre policiais e manifestantes.
- c) Caracteriza hipótese de responsabilidade civil a publicação de matéria jornalística que narre fatos verídicos eivados de opiniões severas, irônicas ou impiedosas, quando constatado dano ao jornalista ou aos profissionais integrantes dos veículos de comunicação social de massa de quem se fala.
- d) O Estado responde objetivamente, quando jornalista, que foi ferido por agentes policiais em confronto com manifestantes, tenha recebido ostensiva e clara advertência sobre acesso a áreas delimitadas, em que haja grave risco à sua integridade física.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rodrigo Vaslin

11. Sobre o Direito Processual Civil, marque a alternativa incorreta:

- a) O Direito Processual Civil possui natureza de Direito público e possui inter-relacionamento com o Direito constitucional muito bem expresso no capítulo III, da Constituição Federal que trata do Poder Judiciário.
- b) São constitucionais os pressupostos básicos atinentes ao recurso extraordinário e ao recurso especial, embora possa a União, em matéria processual, sobre eles legislar.
- c) São fontes do Direito Processual Civil, além da própria Constituição Federal, as codificações, as leis de organização judiciária dos estados, leis processuais esparsas, além dos regimentos internos dos tribunais de justiça.
- d) A regra de contagem de prazos em dias úteis aplica-se aos prazos iniciados tanto antes quanto após a vigência do Novo Código.

12. Analise os itens a seguir:

- I) O NCPC, além de se preocupar com a garantia da igualdade formal e material, também concretizou, em alguns dispositivos, a vertente da igualdade como reconhecimento.
- II) Apesar de o CPC garantir às partes a obtenção, em prazo razoável, da solução integral do mérito, esse direito já existia no ordenamento jurídico brasileiro até mesmo antes da Emenda Constitucional n.º 45/2004.
- III) O art. 139, VI, CPC, passou a prever uma cláusula geral executiva, poder que pode ser exercido de ofício ou a requerimento.
- IV) Na ausência de auxiliares da justiça, o juiz poderá realizar a audiência inaugural do art. 334 do CPC, especialmente se a hipótese for de conciliação.

Estão corretos os itens:

- a) I, apenas
- b) I e IV
- c) II e III
- d) I, II, III, IV.

13. Considere as afirmativas a seguir, relacionadas aos escopos da jurisdição:

I. a função social da jurisdição é a pacificação do conflito, gerando um efeito secundário que é a educação da sociedade quanto a seus direitos e deveres.

II. o escopo político possui 03 vertentes: fortalecimento do Estado e das instituições; jurisdição como último recurso em termos de proteção às liberdades públicas e dos direitos fundamentais; e, por fim, participação direta do jurisdicionado no processo jurisdicional.

III. o escopo jurídico corresponde à atuação da vontade concreta da lei.

Estão corretos:

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) apenas III.

14. Assinale a alternativa que estabelece, de acordo com a teoria clássica, majoritária no Brasil, a característica da jurisdição voluntária.

- a) Tem caráter administrativo.
- b) Ocorre em um procedimento em que há interessados e coisa julgada.
- c) A jurisdição atua a partir de uma lide, na qual há conflitos de interesse.
- d) Tem por finalidade a atuação do direito e a pacificação social.

15. Sobre a ação, assinale a alternativa correta, de acordo com o Código de Processo Civil:

- a) A restrição para se pleitear direito alheio em nome próprio é absoluta e não possui exceções.
- b) É cabível ação declaratória do modo de ser da relação jurídica.
- c) A ação declaratória de autenticidade de documento não é admitida pelo ordenamento jurídico.
- d) Se houver afirmação de violação de um direito, não se admite a ação meramente declaratória

16. A capacidade processual

- a) é causa de nulidade insanável, não podendo o juiz assinar prazo para a sua regularização.
- b) é a aptidão profissional para atuar em juízo, como representante da parte.
- c) não é pressuposto de validade do processo.
- d) em regra, é inerente a toda pessoa maior e capaz, com plena capacidade de exercício dos atos da vida civil.

17. Em relação à capacidade processual, é correto afirmar que:

- a) Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu é sempre dispensável.
- b) Verificando a incapacidade processual ou a irregularidade da representação das partes, o juiz, necessariamente, determinará a extinção do feito.
- c) O juiz dará curador especial apenas ao absolutamente incapaz, tendo em vista a sua incapacidade de praticar todos os atos da vida civil.
- d) Para propor ações que versem sobre direitos reais imobiliários, necessita o cônjuge do consentimento do outro, exceto no caso de regime de separação absoluta de bens.

18. Assinale a alternativa correta a respeito das teorias da ação:

a) Para a teoria imanentista ou clássica, desenvolvida por Savigny, a ação estava conjunta com o direito material. Assim, o direito de ação era visto como o próprio direito material em movimento.

b) Na teoria da ação como direito autônomo e concreto, desenvolvida por Wach e Bullow, a ação era considerada um direito autônomo, de natureza pública e subjetiva. Assim, para os referidos autores, o direito de ação existiria sendo a sentença favorável ou desfavorável.

c) Degenkolb e Plósz entendiam a ação como direito autônomo e abstrato, pois não se confundia com o direito material e se consubstanciaria no direito de obter um pronunciamento do Estado, independentemente da existência do direito material. Contudo, para o seu exercício, a parte deveria observar as condições da ação.

d) Para a teoria eclética/mista, desenvolvida por Liebman, o direito de ação constitui o direito a um julgamento de mérito da causa (procedente ou improcedente), o qual, contudo, fica condicionado ao preenchimento das condições da ação. Para o autor, o preenchimento das condições da ação deveria ser verificado a partir da teoria da asserção.

19. Em matéria de competência, marque a alternativa correta:

a) Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

b) A atribuição de competência só pode ser feita por lei strictu sensu.

c) A Justiça Estadual tem competência para o julgamento de demanda em que se discuta a existência de obstáculo à obtenção de diploma após conclusão de curso de ensino à distância em razão de problema no credenciamento da instituição de ensino superior pelo Ministério da Educação.

d) O juízo federal restituirá os autos ao juízo estadual, depois de suscitar conflito de competência, se o ente federal cuja presença ensejou a remessa for excluído do processo.

20. Sobre a competência, marque a alternativa incorreta:

a) Vigê no direito processual pátrio a regra da kompetenzkompetenz, segundo a qual todo juiz tem competência para, no mínimo, decidir sobre sua própria incompetência.

b) Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta ou relativa.

c) A competência territorial fixada em cláusula abusiva de eleição de foro pode ser prorrogada caso não seja alegada a abusividade na contestação.

d) O foro de domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade, a impugnação ou anulação de partilha extrajudicial e para todas as ações em que o espólio for réu, ainda que o óbito tenha ocorrido no estrangeiro.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Henrique da Rosa

21. Assinale a alternativa correta em relação aos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos previstos na lei 8.078/90

- a) Os direitos difusos e coletivos são chamados de essencialmente coletivos.
- b) Interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos da lei 8.078/90, os transindividuais, de natureza divisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.
- c) Interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, para efeitos da lei 8.078/90, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas por circunstâncias de fato.
- d) Interesses individuais homogêneos são os decorrentes de relação jurídica comum.

22. Sobre Direito do Consumidor, é correto afirmar que:

- a) Um bem imaterial não pode ser considerado produto, pela Lei 8.078/90.
- b) O CDC estabeleceu apenas três espécies de consumidor equiparados além do chamado consumidor *standart*, ou seja, aquele, pessoa física ou jurídica, que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.
- c) Nenhum produto ou serviço colocado no mercado de consumo pode acarretar risco à saúde ou segurança do consumidor, segundo determina o CDC.
- d) A má apresentação de um produto não implica a sua conceituação como defeituoso.

23. Assinale a alternativa incorreta em relação à convenção coletiva de consumo:

- a) O Ministério Público, as entidades civis de consumidores e as associações de fornecedores ou sindicatos de categoria econômica podem regular, por convenção escrita, relações de consumo que tenham por objeto estabelecer condições relativas ao preço, à qualidade, à quantidade, à garantia e características de produtos e serviços, bem como à reclamação e composição do conflito de consumo.

b) A convenção tornar-se-á obrigatória a partir do registro do instrumento no cartório de títulos e documentos.

c) A convenção somente obrigará os filiados às entidades signatárias.

d) Não se exime de cumprir a convenção o fornecedor que se desligar da entidade em data posterior ao registro do instrumento.

24. Não é prática abusiva prevista no Código de Defesa do Consumidor:

a) recusar atendimento às demandas dos consumidores, na exata medida de suas disponibilidades de estoque, e, ainda, de conformidade com os usos e costumes.

b) enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto, ou fornecer qualquer serviço.

c) recusar a venda de bens ou a prestação de serviços, diretamente a quem se disponha a adquiri-los mediante pronto pagamento, ressalvados os casos de intermediação regulados em leis especiais.

d) condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, mesmo com justa causa, a limites quantitativos.

25. Assinale a alternativa correta em relação ao processo coletivo previsto no Código de Defesa do Consumidor

a) O princípio da integração ou integratividade não está contemplado expressamente no Código de Defesa do Consumidor.

b) Ressalvada a competência da Justiça Federal, é competente para a causa a justiça local no foro do lugar onde ocorreu ou deva ocorrer o dano, quando de âmbito local.

c) A legitimação para ação coletiva no Código de Defesa do Consumidor é solidária, podendo ser subsidiária em casos específicos.

d) Interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, para efeitos do Código de Defesa do Consumidor, os transindividuais, de natureza divisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ricardo Torques

26. A respeito da garantia de prioridade a crianças e adolescentes, analise as assertivas a seguir:

I – A prioridade compreende a primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;

II – A prioridade alcança a precedência de atendimento nos serviços de relevância pública;

III – A execução de políticas sociais públicas deve observância à garantia de prioridade;

IV – A destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude é abrangida pela garantia de prioridade;

V – A efetivação do direito ao respeito das crianças e adolescentes goza de prioridade absoluta.

Assinale a alternativa que indica TODAS as assertivas corretas:

a) I – II – III – IV – V.

b) I – II – III – IV.

c) I – III – IV – V.

d) II – III – V.

27. Sobre o procedimento de apuração de ato infracional, analise as seguintes assertivas:

I – Antes de agir com fundamento no procedimento investigatório, o representante do Ministério Público deve proceder à oitiva informal do adolescente, dos seus pais ou responsável, da vítima e das testemunhas, podendo requisitar o auxílio das forças da polícia civil e militar para que o adolescente recalcitrante se faça presente;

II – Se o representante do Ministério Público conceder ao adolescente remissão, a vítima, a autoridade policial e o juiz responsável deverão ser comunicados, remetendo-se então os autos à instância ministerial revisora para fins de homologação;

III – Se o representante do Ministério Público oferecer representação para fins de aplicação de medida socioeducativa, a petição deverá conter breve resumo dos fatos, a classificação do ato infracional e, quando for o caso, o rol de testemunhas, vedado o oferecimento da representação de forma oral;

IV – O prazo máximo e improrrogável para a conclusão do procedimento, estando o adolescente internado provisoriamente, será de sessenta dias.

Assinale a alternativa que indica TODAS as assertivas corretas:

a) I – II – III.

b) I.

c) I – III.

d) III – IV.

28. Sobre o procedimento de perda e suspensão do poder familiar, analise as seguintes assertivas:

I – O procedimento pode ser provocado apenas pelo Ministério Público;

II – Havendo motivo grave, poderá a autoridade judiciária, ouvido o Ministério Público, decretar a suspensão do poder familiar, liminar ou incidentalmente, até o julgamento definitivo da causa, ficando a criança ou adolescente confiado a pessoa idônea, independentemente de termo de responsabilidade;

III – O requerido será citado para oferecer resposta escrita no prazo de 15 dias. A citação deve ser pessoal, salvo se esgotados os meios para a sua realização. Em todo caso, se o requerido estiver privado de liberdade, a citação deverá ser pessoal;

IV – Se o pedido importar em modificação de guarda, será obrigatória, desde que possível e razoável, a oitiva da criança ou adolescente, respeitado seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão sobre as implicações da medida.

V – O prazo máximo para conclusão do procedimento será de 180 (cento e oitenta) dias, e caberá ao juiz, no caso de notória inviabilidade de manutenção do poder familiar, dirigir esforços para preparar a criança ou o adolescente com vistas à colocação em família substituta.

Assinale a alternativa que indica TODAS as assertivas corretas:

a) I – II – III – IV – V.

b) I – III – IV.

c) III – V.

d) IV.

29. Sobre a medida socioeducativa de internação, analise as seguintes assertivas:

- I – A internação é medida privativa de liberdade;
- II – É vedada a realização de atividades internas no regime de internação, salvo autorização judicial;
- III – A internação não comporta prazo determinado e deve ser reavaliada a cada seis meses;
- IV – A desinternação depende de autorização judicial, ouvido o Ministério Público.
- V – A internação pode ser aplicada em razão da reiteração no cometimento de infrações graves. Interpretando essa possibilidade, o Superior Tribunal de Justiça firmou sua jurisprudência no sentido de que não se exige um número mínimo de atos infracionais para que possa ser aplicada a internação com esse fundamento.

Assinale a alternativa que indica TODAS as assertivas corretas:

- a) I – II – IV – V.
- b) I – II – III – IV.
- c) I – III – IV – V.
- d) II – III – IV – V.

30. Sobre os crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, analise as seguintes assertivas:

- I – simular a participação de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica por meio de montagem ou modificação de fotografia ou outra forma de representação visual caracteriza crime com previsão de pena de reclusão e multa;
- II – divulgar, total ou parcialmente, sem autorização devida, por qualquer meio de comunicação, nome, ato ou documento de procedimento policial, administrativo ou judicial relativo a criança ou adolescente a que se atribua ato infracional é tipificado como crime com previsão da pena de detenção;
- III – hospedar criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou responsável, ou sem autorização escrita desses ou da autoridade judiciária, em hotel, pensão, motel ou congêneres é conduta tipificada como crime com previsão de pena de detenção.

Assinale a alternativa que indica TODAS as assertivas corretas:

- a) I.

- b) II.
- c) I – II.
- d) I – III.

DIREITO PENAL

Rodrigo Assumpção

31. Em relação ao princípio da insignificância, assinale a alternativa correta:

- a) O Superior Tribunal de Justiça não admite a aplicação do princípio da insignificância em relação aos atos infracionais.
- b) O Supremo Tribunal Federal possui entendimento pacificado em relação à inaplicabilidade do princípio da insignificância quando o agente é reincidente.
- c) É inadmissível o reconhecimento do princípio da insignificância em relação aos crimes contra a administração pública, mesmo em situações extremas, em que for extremamente ínfima a lesão ao erário.
- d) Não se admite o princípio da insignificância em relação aos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher.

32. No que concerne às disposições sobre as causas de diminuição de pena previstas na parte geral do código penal, assinale a alternativa correta:

- a) Quando iniciada a execução, o crime não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, como circunstância atenuante, de um a dois terços.
- b) Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o oferecimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.
- c) No estado de necessidade, quando, embora seja razoável exigir-se o sacrifício do direito ameaçado, a pena poderá ser reduzida de um sexto a um terço.
- d) A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, ao tempo da ação ou omissão, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

33. Assinale a alternativa correta no que se refere ao erro no código penal.

- a) O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo e a culpa do agente.
- b) É isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima. Não há isenção de pena quando o erro deriva de culpa e o fato é punível como crime culposos.
- c) O erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado não isenta de pena, considerando, no caso, as condições ou qualidades da vítima atingida.
- d) O desconhecimento da lei é inescusável. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá resultar em perdão judicial.

34. Analise as alternativas abaixo e assinale a que contém afirmação verdadeira sobre as causas de exclusão de ilicitude:

- a) Considera-se em legítima defesa quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se. Ocorre de forma *defensiva* quando a conduta do agente atinge um bem jurídico do próprio causador do perigo.
- b) Entende-se em estado de necessidade quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.
- c) Ter-se-á como possível a responsabilização pelo excesso doloso ou culposos em quaisquer das hipóteses de exclusão de antijuridicidade expressas no código penal.
- d) A teoria adotada pelo código penal para definição do estado de necessidade foi a teoria diferenciadora, sendo possível, ainda, que se reconheça a modalidade putativa do estado de necessidade.

35. Analise as alternativas abaixo e assinale a correta.

- a) Segundo entendimento doutrinário, a substituição de pena privativa de liberdade por restritiva de direitos (artigo 44 do código penal), excepcionalmente, poderá ser realizada em crimes cometidos com violência ou grave ameaça.

b) Em nenhuma hipótese será admitida a substituição de pena privativa de liberdade por restritiva de direitos (artigo 44 do código penal) ao condenado reincidente em crime doloso.

c) Não se admite a suspensão condicional da pena (artigo 77 do código penal) aos condenados por crimes cometidos com violência ou grave ameaça.

d) Não se admite a suspensão condicional da pena (artigo 77 do código penal) aos condenados reincidentes.

36. “A”, domiciliado em Guarulhos (SP), foi passar o fim de semana em Patos de Minas (MG), em 20/08/2021. Aproveitando que ninguém o conhecia na cidade, foi até uma loja e ali comprou roupas, sapatos e relógios de luxo, totalizando o preço de 10.000,00. As mercadorias foram pagas com um cheque de sua própria titularidade, vinculada a sua conta em agência localizada no município de sua residência. Vale ressaltar, no entanto, que “A” sabia que em sua bancária não havia saldo algum, ou seja, que não havia fundos suficientes disponíveis. Ele agiu assim porque supôs que, por ninguém o conhecer na referida cidade, não haveria como responsabilizá-lo ou obrigá-lo ao pagamento. Com base na referida situação, é correto afirmar:

- a) A conduta de “A” tem repercussão tão somente na esfera cível, não havendo que se falar em responsabilização na esfera criminal.
- b) Compete ao foro do local da recusa processar e julgar o crime de estelionato mediante cheque sem provisão de fundos.
- c) O pagamento de cheque emitido sem provisão de fundos, após o recebimento da denúncia, não obsta ao prosseguimento da ação penal.
- d) A conduta praticada por “A” configura crime a ser perseguido por ação penal pública incondicionada.

37. Com relação ao crime de roubo, previsto no artigo 157 do código penal, assinale a alternativa correta:

- a) Em um roubo praticado por 'A', em 03/01/2017, mediante o emprego de uma faca para intimidação da vítima, deverá incidir causa de aumento (majorante) pelo uso de arma branca.
- b) Configura concurso formal de crimes o roubo praticado contra titulares de patrimônios distintos, na ocasião estejam sob os cuidados de uma única pessoa, alvo da grave ameaça.
- c) Considera-se crime hediondo o roubo quando circunstanciado pela restrição de liberdade da vítima, pelo emprego de arma de fogo, pelo emprego de arma de fogo de uso proibido ou restrito ou, qualificado pelo resultado lesão corporal grave ou morte.
- d) Para o aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado, é suficiente que o magistrado proceda a mera indicação do número de majorantes.

38. Em 20/08/2021, "A" chegou em casa alcoolizado após uma festa com amigos, e iniciou uma discussão por ciúme com sua esposa "B", afirmando que "mulher dele não deve usar roupas curtas", momento em que, ainda, lhe desferiu tapas e socos, causando lesão corporal leve. Diante dos fatos narrados:

- a) "A" deve responder por crime de lesão corporal simples.
- b) "A" Deverá responder por lesão corporal qualificada.
- c) Para responsabilização criminal de "A", será necessário que "B" proceda representação, pois, na hipótese, trata-se de ação penal pública condicionada a representação.
- d) O deferimento de medida protetiva de urgência a vítima de violência doméstica e familiar não pode ser impugnado por habeas corpus.

39. Em relação à execução penal, assinale a alternativa correta.

- a) Se o condenado possuir falta grave reconhecida a menos de um ano, ela será apta para obstar a concessão de comutação de pena.
- b) A prática de falta grave não interrompe o prazo para obtenção de livramento condicional.

c) Os apenados que cometeram crime hediondo ou equiparado sem resultado morte terão direito à progressão de regime após cumprirem 40% da pena privativa de liberdade.

d) As faltas disciplinares graves, médias e leves só poderão ser estabelecidas por lei federal.

40. 'A', fica enciumado com sucesso profissional de sua esposa 'B', pois acredita que "mulher que é muito independente começa a inventar moda". Sendo assim, em meados de agosto de 2021 começa a perpetrar contra ela algumas condutas tendentes a degradar e a controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, chantagem, ridicularização, limitação do direito de ir e vir causando prejuízo à sua saúde psicológica e autodeterminação. Diante deste cenário:

- a) 'B' poderá solicitar tão somente as medidas protetivas de urgência da lei 11.340/2006, tendo em vista que os fatos narrados, por se tratar de ofensa unicamente psicológica, não encontram tipificação no código penal.
- b) Os fatos narrados encontram tipificação penal no código penal, em crime não habitual, subsidiário, a ser perseguido por ação pública incondicionada, sendo incabível a substituição por pena restritiva de direitos.
- c) Preenchido os requisitos da lei, cabível suspensão do processo e/ou transação penal.
- d) Para a configuração da violência doméstica e familiar prevista no artigo 5º da Lei n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) se exige a coabitação entre autor e vítima.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Leonardo Tavares

41. No que diz respeito à ação penal, assinale a alternativa correta:

- a) O ofendido ou seu representante legal ou, na falta deles, o cônjuge, os ascendentes, os descendentes ou irmãos, poderão intervir como assistentes do MP em ações penais públicas.
- b) Nos crimes de ação penal privada, a renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, a todos se estende, sem que produza, todavia, efeito em relação ao que o recusar.
- c) Na ação penal subsidiária da pública, quando o querelado deixa de comparecer aos atos do processo, ocorre a perempção.
- d) Nos termos da legislação processual penal, a representação será irretratável, depois de recebida a denúncia.

42. Considerando os princípios fundamentais do processo penal e o entendimento dominante dos tribunais, assinale a alternativa correta:

- a) O princípio da publicidade garante o acesso de todo cidadão aos atos praticados no curso do processo penal. Em razão disso, o advogado do acusado deverá ter ciência imediata da decisão que ordenar interceptação telefônica do cliente, sob pena de prejuízo do princípio do contraditório.
- b) O acusado não é obrigado a produzir prova contra a si mesmo e pode exercer o seu direito ao silêncio, mas na hipótese em que a autoridade judicial constatar que o acusado não responde às perguntas formuladas em juízo, poderá fundamentar sua decisão nesse fato, que passa a ter relevância jurídica.
- c) As diligências realizadas no curso do inquérito policial que não respeitarem o princípio do contraditório serão consideradas nulas, conforme entendimento dominante nos tribunais, diante da necessária dialética reconhecida aos procedimentos administrativos.
- d) Por desdobraamento do princípio do “*ne bis in idem*” e da coisa julgada, réu que é julgado por furto praticado num determinado contexto fático, não poderá, em já havendo decisão definitiva, ser processado novamente por roubo, pelo mesmo fato, no mesmo contexto, quando se descobrir, por exemplo, que além da subtração ele fez uso de arma e

grave ameaça, circunstâncias que não fizeram parte da imputação anterior.

43. Julgue os itens a seguir e encontre a alternativa correta:

- a) Quando houver processo em curso, a nova lei processual penal será aplicada imediatamente, mantendo-se os atos praticados sob a égide da lei anterior.
- b) A autoridade policial poderá determinar o arquivamento do inquérito apenas quando a ausência de justa causa for manifesta e indubitável.
- c) Quando o inquérito for arquivado por falta de justa causa para a denúncia, a autoridade policial não poderá dar continuidade à investigação se tiver notícia de outras provas.
- d) Não se recomenda, mas poderão ser usadas algemas em caso de resistência à prisão em flagrante, ainda que o sujeito passivo seja mulher em estado de puerpério imediato.

44. Assinale a alternativa ERRADA, considerando o entendimento predominante no STJ:

- a) A estrutura acusatória do processo penal pátrio impede que se sobreponham em um mesmo sujeito processual as funções de defender, acusar e julgar; mas não elimina, dada a natureza publicista do processo, a possibilidade de o juiz determinar, mediante fundamentação e sob contraditório, a realização de diligências ou a produção de meios de prova para a melhor reconstrução histórica dos fatos, desde que assim proceda de modo residual e complementar às partes e com o cuidado de preservar sua imparcialidade.
- b) A adoção do sistema presidencialista na inquirição das testemunhas, segundo entendimento pacificado, gera nulidade absoluta da instrução probatória.
- c) A pena-base do condenado não pode ser agravada, por maus antecedentes, caso tenha ele inquéritos policiais e ações penais em andamento.
- d) A defesa técnica, no processo penal, é indisponível; reconhece-se ao réu, ainda e modo geral, a prerrogativa de escolha do seu defensor.

45. Assinale a alternativa que contém afirmação correta sobre o inquérito policial e disposições preliminares do Código de Processo Penal.

a) De acordo com a jurisprudência mais recente do Superior Tribunal de Justiça, a instauração de inquérito policial para apuração de infrações supostamente cometidas por prefeito municipal, no exercício do mandato e em razão dele (detentor de foro por prerrogativa de função), depende de prévia autorização do tribunal competente.

b) A autoridade policial poderá manter o indiciado incomunicável por até cinco dias se essa medida for indispensável à investigação.

c) Em crimes de ação penal pública, mesmo que condicionada, a autoridade policial não depende de nenhuma manifestação da vítima para que possa investigar e instaurar inquérito.

d) Nas comarcas em que houver mais de uma circunscrição policial, a autoridade com exercício em uma delas poderá, nos inquéritos que conduza, ordenar diligências em circunscrição de outra, independentemente de precatórias ou requisições.

46. Acerca de ação penal, assinale a opção correta.

a) Oferecendo o ofendido ação penal privada subsidiária da pública, o Ministério Público, nos exatos termos do art. 29 do CPP, deixa de ser parte e passa a atuar como *custos legis* e não pode, por exemplo, fornecer elementos de prova.

b) No caso de crime praticado contra a honra de servidor público no exercício de suas funções, a vítima tem legitimação concorrente com o MP para ajuizar ação penal.

c) A quantidade de testemunhas que poderão ser arroladas na instrução do rito comum ordinário corresponde até 8 (oito) para acusação e até 8 (oito) para a defesa, conforme art. 401 do CPP. Já na instrução do rito sumário a quantidade de testemunhas é de até 3 (três) para a acusação e 3 (três) para a defesa, em consonância com o art. 532 do CPP.

d) Na ação penal privada, se o ofendido for mentalmente enfermo, o direito de queixa não poderá ser exercido por curador especial enquanto o primeiro não se restabeleça.

47. Em relação ao inquérito policial, é correto afirmar:

a) o inquérito deverá terminar no prazo de 15 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

b) para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que exista concordância por parte da vítima.

c) a autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito apenas no caso de reconhecimento de prescrição da pretensão punitiva estatal.

d) nos crimes em que não couber ação pública, os autos do inquérito serão remetidos ao juízo competente, onde aguardarão a iniciativa do ofendido ou de seu representante legal, ou serão entregues ao requerente, se o pedir, mediante traslado.

48. A respeito das garantias processuais, assinale a alternativa correta.

a) o princípio da vedação à autoincriminação é corolário da ampla defesa e abrange o direito ao silêncio do acusado, o que se aplica à hipótese de atribuição de falsa identidade perante autoridade policial, afastando a tipicidade do fato.

b) uma das garantias que devem ser dadas ao acusado é a defesa técnica, devendo, obrigatoriamente, ser exercida por bacharel em Direito, com a competente habilitação na OAB, ou ainda por defensor público.

c) são inadmissíveis, em qualquer hipótese, devendo ser desentranhadas do processo, as provas derivadas das ilícitas.

d) é em razão do princípio da ampla defesa que o Estado não pode se portar em relação aos acusados, antes do trânsito em julgado, como se eles culpados fossem.

49. A lei processual penal

- a) admite interpretação extensiva, mas não suplemento dos princípios gerais do direito.
- b) retroage no tempo, apenas para beneficiar o réu.
- c) não admite aplicação analógica, mas admite interpretação extensiva.
- d) não será aplicada aos atos praticados sob a vigência de lei anterior.

50. De acordo com as normas vigentes e eficazes do Código de Processo Penal, o inquérito policial

- a) não pode ser instaurado quando cabível o acordo de não persecução penal em favor do acusado.
- b) possui como características a inquisitorialidade, o sigilo e a obrigatoriedade.
- c) pode ser arquivado diretamente pelo Ministério Público, independentemente de qualquer intervenção judicial.
- d) pode não ser instaurado pela autoridade policial após requerimento da vítima, caso em que caberá recurso ao chefe de Polícia.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

51. A Constituição do Rio de Janeiro admite a reeleição dos membros da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa para sucessivos mandatos. O Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI 6721/RJ, trouxe o seguinte entendimento:

- a) A norma da Constituição Federal que prescreve a eleição dos membros da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados e do Senado Federal é de reprodução obrigatória por parte dos Estados-membros, de modo que é vedada a reeleição para o mesmo cargo na mesma legislatura.
- b) É inconstitucional a reeleição em número ilimitado, para mandatos consecutivos, dos membros das Mesas Diretoras das Assembleias Legislativas Estaduais para os mesmos cargos que ocupam, sendo-lhes permitida uma única recondução.
- c) Os Estados-membros têm autonomia para definição de mandatos e de reeleição dos membros da Mesa Diretora de Assembleia Legislativa.

d) A reeleição dos membros da Mesa Diretora de Assembleia Legislativa é permitida. Entretanto, para os que ocupam a presidência do órgão há limitação de uma única recondução, em razão de fazerem parte da linha de substituição do Governador.

52. A Lei de Organização Judiciária do Estado do Ceará estabeleceu como requisito de ingresso na carreira da magistratura, no cargo de juiz substituto, a idade mínima de 23 anos e a idade máxima de 45 anos, contados no dia da inscrição. A respeito do tema, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, aponte a alternativa correta.

- a) A norma estadual é inconstitucional, uma vez que a Constituição Federal estabelece como limite máximo a idade de 65 anos.
- b) O dispositivo da lei do Ceará é inconstitucional, por usurpação da competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal para apresentar projeto de lei complementar que disponha sobre o Estatuto da Magistratura.
- c) A legislação estadual em nada afronta a Constituição Federal, uma vez que a Lei Maior não trata de limite etário para ingresso no cargo de juiz substituto.
- d) A norma estadual é inconstitucional, uma vez que a organização da magistratura é assunto que só pode ser disciplinado na Constituição estadual.

53. A Constituição da Paraíba proibiu o depósito de lixo atômico e a instalação de usinas nucleares no território do estado. Acerca da vedação estadual, consoante redação da Constituição Federal e segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, aponte a assertiva correta.

- a) A competência legislativa é concorrente, de forma que cabe ao estado do Ceará suplementar a lei federal acerca da matéria.
- b) A norma estadual é constitucional, tendo o Ceará exercido a competência residual para dispor sobre energia nuclear.
- c) O dispositivo da Constituição do Ceará é plenamente compatível com a Constituição Federal, uma vez que a competência para legislar sobre meio ambiente é concorrente, cabendo aos estados fixar as normas específicas da matéria, de acordo com a realidade regional.
- d) A norma estadual apresenta uma inconstitucionalidade orgânica, por usurpação da competência legislativa privativa da União para legislar sobre atividades nucleares de qualquer natureza.

54. Decreto do Presidente da República excluiu a previsão de adaptação das provas físicas para candidatos com deficiência e fixou que os critérios de aprovação dessas provas poderão seguir os mesmos critérios aplicados aos demais candidatos. Acerca do ato do Executivo, de acordo com a Constituição Federal, e nos termos do posicionamento do Supremo Tribunal Federal, aponte a única alternativa incorreta.

- a) Adaptações adicionais, nas provas físicas, de tecnologias assistivas além daquelas que o candidato com deficiência já utiliza, fere a isonomia entre os candidatos e faz prevalecer o interesse privado sobre o interesse público.
- b) É inconstitucional a interpretação que exclui o direito de candidatos com deficiência à adaptação razoável em provas físicas de concursos públicos.
- c) É inconstitucional a submissão genérica de candidatos com e sem deficiência aos mesmos critérios em provas físicas, sem a demonstração da sua necessidade para o exercício da função pública.
- d) A exclusão da previsão de adaptação das provas físicas para candidatos com deficiência viola o bloco de constitucionalidade composto pela Constituição Federal e pela Convenção Internacional sobre os

Direitos das Pessoas com Deficiência, incorporada à ordem jurídica brasileira com o “status” de Emenda Constitucional.

55. O Rio Grande do Sul pretende, mediante lei estadual, após consulta prévia à população diretamente interessada, tendo sido apresentado estudo de viabilidade, criar novo município a partir de desmembramento. Acerca do caso narrado, aponte a alternativa correta, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal e nos termos expressos na Constituição Federal.

- a) A Constituição Federal veda a secessão, de forma que aos Estados-membros é vedada a criação de novos municípios por desmembramento de município existente.
- b) A competência para a formação de novos municípios, por fusão ou por desmembramento, é da União, por meio de lei complementar.
- c) O Rio Grande do Sul está autorizado a formar novos municípios, por fusão ou por desmembramento, uma vez que o resultado do plebiscito foi favorável e houve publicação de estudo de viabilidade. Entretanto, o assunto é reservado à lei complementar estadual.
- d) O Rio Grande do Sul não poderá criar novo município antes da publicação de lei complementar federal estabelecendo o período em que a competência poderá ser exercida.

56. João, Presidente da República, atentou contra o exercício de direitos individuais e políticos, motivo pelo qual veio a ser acusado por Maria, brasileira, cidadã, de crime de responsabilidade. A respeito do caso narrado, aponte a assertiva incorreta.

- a) Compete ao Senado Federal, após autorização da Câmara dos Deputados, julgar o Presidente da República por crime de responsabilidade.
- b) Caso condenado, o Presidente da República poderá sofrer a perda do cargo e a inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública.
- c) Após a formalização do processo pelo Senado Federal, o Presidente da República deverá ser afastado do cargo pelo prazo limite de 180 dias.
- d) A autorização da Câmara dos Deputados vincula o Senado, que deverá formalizar o processo contra o Presidente da República por crime de responsabilidade.

57. A respeito da organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, indique a alternativa incorreta.

- a) Os Territórios Federais integram a União e são criados por lei aprovada pelo Congresso Nacional.
- b) Os potenciais de energia hidráulica e os recursos minerais, inclusive os do subsolo, são bens da União.
- c) O Município é autônomo e se organiza por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- d) Diferente do que ocorre nos Estados e no distrito Federal, a Constituição Federal veda a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.

58. O Congresso Nacional, em caráter excepcional, editou lei para autorizar o uso da substância fosfoetanolamina sintética por pacientes diagnosticados com neoplasia maligna, mesmo sem o registro sanitário, enquanto estiverem em curso estudos clínicos acerca da substância. A respeito do assunto, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, aponte a alternativa correta.

- a) O Congresso Nacional não tem poderes para autorizar, de forma abstrata e genérica, a distribuição de medicamento.
- b) A omissão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) quanto ao fármaco permite que o Congresso Nacional legisle sobre o assunto para autorizar a utilização da fosfoetanolamina, substância já aplicada em estados estrangeiros e de grande valia no combate à neoplasia maligna.
- c) A lei federal é constitucional, uma vez que compete à União editar normas gerais sobre saúde.
- d) A lei é inconstitucional, por vício formal, porque é da competência privativa do Presidente da República a iniciativa das leis a respeito da distribuição de medicamento.

59. Os pagamentos devidos pela Fazenda Pública decorrentes de sentença judiciária devem ser efetuados, conforme determinação constitucional, obedecendo-se a seguinte ordem:

- a) Primeiro os créditos destinados aos idosos e, depois, às pessoas com deficiência.

b) Primeiro devem ser pagas as requisições de pequeno valor e, depois, os outros créditos.

c) Primeiro devem ser pagos os créditos decorrentes de salário e benefícios previdenciários e, depois, os demais.

d) Inicialmente os créditos de natureza alimentar e, depois, os destinados a idosos e enfermos.

60. O Governador de Santa Catarina ajuizou arguição de descumprimento de preceito fundamental contra Súmula do Tribunal Superior do Trabalho que assegura ao trabalhador o recebimento de férias em dobro em caso de atraso no pagamento. Segundo o chefe do Executivo estadual, o enunciado da Súmula, de modo geral e abstrato, cria direito não previsto em lei, o que onera os cofres públicos. A respeito da situação narrada, aponte a assertiva correta, conforme redação da Lei 9882/1999 e de acordo com o posicionamento do Supremo Tribunal Federal.

a) A Súmula do Tribunal Superior do Trabalho não poderia ser objeto da arguição de descumprimento de preceito fundamental, por não configurar ato do Poder Público, e sim mera sintetização do entendimento do Tribunal.

b) Assim como o Governador de Santa Catarina, qualquer pessoa interessada poderia, por meio da ADPF, questionar a Súmula do Tribunal Superior do Trabalho ao Supremo Tribunal Federal.

c) Como não há outro meio capaz de combater o enunciado da Súmula que anuncia preceito impositivo no âmbito da Justiça do Trabalho, atendido o pressuposto da subsidiariedade, cabível a arguição de descumprimento de preceito fundamental.

d) Conquanto caiba arguição de descumprimento de preceito fundamental para atacar enunciado de Súmula, não se verifica, na situação, nenhuma violação a preceito fundamental, uma vez que a própria constituição assegura o pagamento de férias em dobro ao trabalhador na hipótese de atraso.

DIREITO ELEITORAL

Rafael Barretto

61. Sobre as deliberações e competências do Tribunal Superior Eleitoral, é correto afirmar que:

- a) O Tribunal Superior Eleitoral delibera por maioria de votos, em sessão pública, sempre com a presença da maioria de seus membros.
- b) Em regra, o Tribunal Superior Eleitoral delibera com a presença da maioria de seus membros. Entretanto, as decisões do Tribunal Superior, assim na interpretação do Código Eleitoral em face da Constituição e cassação de registro de partidos políticos, como sobre quaisquer recursos que importem anulação geral de eleições ou perda de diplomas, só poderão ser tomadas com a presença de todos os seus membros
- c) O Tribunal Superior Eleitoral tem competência para processar e julgar, originariamente, o registro e a cassação de registro de partidos políticos, dos seus diretórios nacionais e de candidatos à Presidência e Vice Presidência da República e ao Senado Federal.
- d) Compete originariamente ao Tribunal Superior Eleitoral processar e julgar a ação rescisória, nos casos de inelegibilidade, desde que intentada dentro do prazo de dois anos de decisão irrecorrível

62. Sobre os juízes eleitorais é correto afirmar que:

- a) são órgãos da justiça eleitoral, organizados em carreira, cujo ingresso se dará no cargo inicial de juiz substituto, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos.
- b) são órgãos da justiça eleitoral, mas não há um quadro próprio e exclusivo de juízes eleitorais, sendo a judicatura eleitoral em primeiro grau exercida por juízes federais.
- c) são órgãos da justiça eleitoral, mas não há um quadro próprio e exclusivo de juízes eleitorais, sendo a judicatura eleitoral em primeiro grau exercida por juízes estaduais de primeiro grau.
- d) compete aos juízes eleitorais julgar o registro de diretório municipal de partido político e expedir diploma aos eleitos para os cargos municipais.

63. Sobre os direitos políticos e o exercício da soberania popular, é correto afirmar que:

- a) A diferença entre o plebiscito e o referendo está no momento da consulta em relação à tomada de decisão política. No plebiscito a consulta ao eleitorado é feita de maneira posterior em relação à tomada de decisão, enquanto no referendo a consulta é feita de maneira prévia à decisão tomada pelo governante.
- b) Compete privativamente ao Presidente da República convocar plebiscito e referendo.
- c) A execução de plebiscito e referendo é atribuição da Justiça Eleitoral.
- d) A iniciativa popular consiste na possibilidade de o povo apresentar um projeto de lei ou uma proposta de emenda constitucional diretamente ao Parlamento.

64. Acerca das condições de elegibilidade, é correto afirmar que:

- a) A aferição das condições de elegibilidade deve ser realizada até a data da eleição.
- b) Segundo a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, o conceito de domicílio eleitoral não é correlato ao conceito de domicílio civil.
- c) Para concorrer às eleições o candidato deverá possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição pelo prazo de, pelo menos, 1 ano antes do pleito e estar com a filiação partidária definida pelo partido no mesmo prazo.
- d) A idade mínima exigida dos candidatos a vereador deverá ser verificada tendo como referência a data da posse.

65. Acerca da inelegibilidade reflexa, é correto afirmar que:

- a) A inelegibilidade reflexa torna inelegíveis o cônjuge e os parentes do titular de mandato eletivo, visando impedir que a titularidade do poder político se perpetue no âmbito de um núcleo familiar, numa espécie de contínuismo familiar no exercício do Poder.
- b) A inelegibilidade reflexa incide não apenas sobre a relação conjugal, como também sobre a relação de união estável, seja homoafetiva ou heteroafetiva.
- c) A dissolução do vínculo conjugal no curso do mandato não afasta a inelegibilidade reflexa, ainda que ocorra em razão do falecimento do titular do Poder Executivo.
- d) Cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até segundo grau ou por adoção do Prefeito estão inelegíveis para qualquer eleição municipal no País.

66. Acerca das inelegibilidades, é correto afirmar que:

- a) A Constituição definiu, de maneira exaustiva, as hipóteses de inelegibilidade.
- b) A hipóteses de inelegibilidade foram definidas de maneira não exaustiva na Constituição, podendo a lei ordinária instituir novos casos de inelegibilidade.
- c) As hipóteses infraconstitucionais de inelegibilidade devem ser instituídas por lei complementar, que deverá prever ainda os prazos de cessação da inelegibilidade
- d) As hipóteses infraconstitucionais de inelegibilidade devem ser instituídas por lei complementar, que poderá, ante a gravidade da situação, estabelecer hipótese de inelegibilidade por prazo indeterminado.

67. Acerca da cota de gênero no registro de candidatura para as eleições proporcionais, é correto afirmar:

- a) A quantidade de candidaturas femininas registradas por um partido não impacta na quantidade de candidaturas masculinas registradas pelo partido, eis que as candidaturas não são vinculadas por sexo.
- b) Da quantidade de candidatos que podem ser registrados pelos partidos, os partidos devem registrar no mínimo 30% e no máximo 70% de candidaturas de cada sexo.

c) A candidatura feminina formalmente registrada na justiça eleitoral que, em verdade, não representa candidatura alguma, pois a “suposta candidata”, apesar de registrada como se candidata fosse, não disputa efetivamente o pleito eleitoral, configura fraude na cota de gênero.

d) A fraude na cota de gênero somente pode ser discutida por meio de Ação de Impugnação de Mandato Eletivo, não podendo ser objeto de discussão por meio de Ação de Investigação Judiciária Eleitoral.

68. Acerca da arrecadação e aplicação de recursos financeiros em campanha eleitoral, é correto afirmar que:

- a) A arrecadação de recursos pelos candidatos exige a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e a abertura de uma única conta bancária destinada a registrar toda a movimentação financeira de campanha, inclusive os recursos do fundo eleitoral e do fundo partidário
- b) Pré-candidatos podem realizar arrecadação prévia de recursos mediante instituições que promovam técnicas e serviços de financiamento coletivo por meio de sítios na internet, podendo os recursos serem utilizados com gastos de pré-campanha eleitoral.
- c) Partidos não precisam abrir conta bancária específica para movimentação financeira de campanha, podendo utilizar a conta partidária anual
- d) Candidatos podem realizar arrecadação prévia de recursos mediante instituições que promovam técnicas e serviços de financiamento coletivo por meio de sítios na internet, mas a liberação de recursos por parte das entidades arrecadadoras fica condicionada ao registro da candidatura e a abertura de conta bancária específica para movimentação de recursos da campanha

69. Acerca do abuso de poder econômico durante o período pré-eleitoral, é correto afirmar que:

- a) A prática de abuso de poder econômico se restringe a atos praticados durante o período eleitoral, não abrangendo os atos do período pré-eleitoral.
- b) Para a configuração do abuso de poder econômico é necessário que os gastos eleitorais e os atos de propaganda sejam ilícitos.
- c) Condutas que não configuram propaganda antecipada não podem configurar abuso de poder econômico.
- d) É possível que condutas que não configuram propaganda antecipada configurem abuso de poder quando presentes os seguintes elementos: a) os meios utilizados ultrapassam o limite do razoável; b) as condutas sejam reiteradas; c) os custos, a capilaridade, a abrangência e o período de exposição sejam expressivos.

70. Sobre a criação e registro de partidos políticos é incorreto afirmar que:

- a) O requerimento de registro do partido político deve ser dirigido a um cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídica situado no local da sede da agremiação partidária
- b) Devidamente registrado no cartório civil, o partido adquire personalidade jurídica, passando a existir enquanto pessoa jurídica, mas ainda não goza dos benefícios constitucionais e legais outorgados aos partidos políticos, o que somente ocorrerá após o registro eleitoral.
- c) O registro do estatuto no Tribunal Superior Eleitoral é condição para que o partido possa participar do processo eleitoral, receber recursos do fundo partidário e ter acesso gratuito ao rádio e à televisão.
- d) Somente é admitido o registro do estatuto no Tribunal Superior Eleitoral do partido que comprove ter apoio de um percentual de eleitores definido em lei, sendo que os eleitores que apoiam a criação do novo partido podem ser filiados a partido político.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

71. Leandro precisa de um veículo automotor para entregar os produtos de seu estabelecimento aos clientes, mas não tem numerário para adquiri-lo. Ele foi aconselhado por sua advogada a celebrar um contrato de arrendamento mercantil. Assinale a opção que indica as faculdades do arrendatário ao final desse contrato.

- a) Devolver o bem ao arrendador, renovar o contrato ou exercer opção de compra.
- b) Subarrendar o bem a terceiro ou exercer a opção de compra.
- c) Subarrendar o bem a terceiro, renovar o contrato ou exercer a opção de compra.
- d) Devolver o bem ao arrendador ou renovar o contrato.

72. Os atos do empresário individual impedido por exercer atividade incompatível com a empresa serão considerados:

(Item 2.3)

- a) nulos;
- b) anuláveis;
- c) válidos;
- d) ineficazes;

73. Rogerinho pretende iniciar empresa sem a presença de sócios, isso aos dezesseis anos de idade. Foi orientado que poderá constituir uma empresa nas formas de Empresário Individual ou Sociedade Limitada Unipessoal.

Em relação ao que foi orientado, é correto afirmar que:

(Item 2.3)

- a) em ambos os casos, Rogerinho poderá constituir uma empresa com personalidade jurídica própria de pessoa jurídica;
- b) A Sociedade Unipessoal Limitada poderá ser constituída, desde que o seu capital seja superior a 40 (quarenta) vezes o maior salário-mínimo do país;
- c) A Sociedade limitada unipessoal poderá ser constituída por pessoa jurídica;
- d) A Sociedade limitada deve ser constituída por 2 (dois) ou mais sócios;

74. O estabelecimento empresarial, segundo o código civil é:

(Item 3.5)

- a) uma universalidade de fato, formada por bens materiais e imateriais organizados por empresário ou sociedade empresária;
- b) uma universalidade autônoma com personalidade jurídica própria;
- c) o lugar onde o empresário desenvolve as suas atividades e relação sinonímia com o ponto empresarial;
- d) exclusiva e unicamente vinculado ao lugar onde o empresário ou sociedade empresário desenvolve as suas atividades;

75. Em relação à sociedade empresarial de cônjuges, é correto afirmar que:

(Item 4.3)

- a) é permitida, salvo se o regime de bens do casal for o da comunhão universal de bens ou da separação obrigatória;
- b) é proibida seja lá qual for o regime de bens;
- c) é permitida, salvo no caso de separação obrigatória;
- d) é permitida, mas depende de autorização judicial;
- e) proibida em qualquer regime de bens.

76. A sociedade Lightning Ltda., está passando por reestruturação. Em seu contrato social quanto nas disposições legais relativas ao tipo adotado pela sociedade não há norma regulando a legislação de aplicação supletiva.

Diante da situação narrada, assinale a afirmativa correta.

- a) haverá a aplicação das normas de sociedades por ações.
- b) haverá aplicação subsidiária das normas de sociedades anônimas.
- c) haverá aplicação subsidiária das normas de sociedades simples.
- d) Os sócios serão obrigados a incluir, no contrato, cláusula dispondo sobre a regência supletiva.

77. Vanessa e Priscila são condôminas de uma quota de sociedade limitada no valor de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais). A sócia Priscila pretende adquirir a totalidade das quotas, mas pretende integralizá-las com serviços.

Você é consultado(a), como advogado(a), sobre a possibilidade de a sociedade aceitar a integralização das quotas por intermédio de serviços. Assinale a opção que apresenta a resposta correta.

- a) Ela é obrigada à integralização do capital em dinheiro ou bens suscetíveis de avaliação em dinheiro.
- b) Ela poderá integralizar a sua parte em serviços, basta indicar o valor de sua hora e os seus efeitos econômicos para a sociedade no contrato social.
- c) Ela poderá integralizar as quotas em serviços, desde que haja previsão contratual.
- d) Ela não poderá integralizar as quotas em serviços, porque o capital da sociedade é inferior a 100 salários mínimos.

78. Igor adquiriu uma boia para a piscina de sua nova residência em uma loja de artigos domésticos. A vendedora, sociedade limitada empresária, recebeu um cheque pré-datado em pagamento e se comprometeu a não o antecipar. Infelizmente, dias após, o cheque é devolvido na conta bancária do emitente, que, felizmente não sofreu nenhum prejuízo material.

Com base na jurisprudência pacificada, assinale a afirmativa correta.

- a) Ainda que não haja o prejuízo material, haverá a caracterização de dano moral.
- b) Não pode ensejar qualquer indenização ao emitente.
- c) Pode ensejar apenas dano moral, mas sem ultrapassar a quantia de 100 salários-mínimos como indenização.
- d) Pode ensejar indenização apenas se o cheque for devolvido sem provisão de fundos.

79. Marquito emitiu nota promissória à vista em favor de Ratinho. Antes da apresentação a pagamento, Ratinho realizou endosso sem garantia para Anitta.

De posse do título, é correto afirmar que Anitta

- a) poderá exercer todos os direitos inerentes ao título, mas não terá direito de cobrança em face de Ratinho e Marquito.
- b) poderá exercer todos os direitos inerentes ao título, mas não terá direito de cobrança em face de Ratinho.
- c) poderá exercer todos os direitos inerentes ao título, mas não terá direito de cobrança em face de Marquito.
- d) Poderá realizar a cobrança de ambos, mas não poderá transferir o título a outra pessoa.

80. A sociedade anônima Rio Preto S/A, fundada pelos sócios Ribeirão e São José, constituída por subscrição particular pretende abrir o seu capital para transacionar as suas ações na bolsa de valores.

Considerando-se o tipo societário e a responsabilidade legal dos sócios a ele inerente após a abertura de capital, assinale a afirmativa correta.

- a) Ribeirão e São José responderão limitadamente até o preço de emissão das ações por eles subscritas.
- b) Ribeirão e São José responderão limitadamente até o valor das quotas por eles subscritas, mas solidariamente pela integralização do capital.
- c) Ribeirão e São José responderão ilimitada, solidária e subsidiariamente pelas obrigações sociais.
- d) Ribeirão e São José responderão limitadamente até o preço de emissão das ações devidamente integralizadas.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Rogério Cunha

81. De acordo com o Código Tributário Nacional a natureza jurídica específica do tributo é determinada

- a) é determinada pela denominação do tributo, sendo relevante para qualificá-la a destinação da obrigação tributária.
- b) é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo ainda relevante para qualificá-la a competência para o seu exercício.
- c) é determinada pela destinação do recurso arrecadado, sendo irrelevante para qualificá-la o fato gerador da obrigação tributária.
- d) é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la a denominação e demais características formais adotadas pela lei.

82. A imunidade tributária recíproca funda-se no princípio federativo e na falta de capacidade contributiva do ente público. Partindo dessa afirmação, assinale a alternativa incorreta:

- a) Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, a imunidade tributária recíproca não se estende às empresas estatais prestadoras de serviços públicos em regime não concorrencial.
- b) Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, a imunidade recíproca não se estende a empresa privada arrendatária de imóvel público, quando seja ela exploradora de atividade econômica com fins lucrativos, hipótese em que é constitucional a cobrança do IPTU pelo Município.
- c) Nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a imunidade tributária recíproca não exonera o sucessor das obrigações tributárias relativas a fatos jurídicos tributários ocorridos antes da sucessão, não havendo que cogitar de aplicação retroativa da imunidade tributária.
- d) A imunidade tributária alcança somente os impostos.

83. Com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que

- a) A Fazenda Pública pode substituir a certidão de dívida ativa (CDA) até a prolação da sentença de embargos, salvo quando se tratar de correção de erro material.
- b) O instituto da denúncia espontânea (art. 138 do CTN) não se aplica nos casos de parcelamento de débito tributário.
- c) Declarado e não pago o débito tributário pelo contribuinte, é ilegítima a recusa de expedição de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.
- d) Não Incide ISSQN sobre operações de arrendamento mercantil financeiro.

84. O Presidente da República Federativa do Brasil assina tratado internacional de comércio no qual se compromete a isentar os impostos federais, estaduais e municipais incidentes sobre a realização de uma usina hidroelétrica em parceria com o Estado Plurinacional de Bolívia. Posteriormente, o referido tratado é ratificado pelo Poder Legislativo federal. Considerando o previsto na Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

- a) não há restrição constitucional à previsão de isenção pela União de tributos da competência de estados e municípios, seja em âmbito de negociação internacional, seja em âmbito apenas nacional.
- b) embora se trate de caso de isenção heterônoma, a ratificação pelo Congresso Nacional do tratado tem por fim convalidar a inconstitucionalidade praticada pelo Presidente da República.
- c) não se aplica a vedação à concessão de isenções heterônomas pela União quando esta atua como representante da República Federativa do Brasil.
- d) para que a isenção relativa aos impostos estaduais tenha eficácia, a Constituição exige prévia aprovação pela maioria dos membros do Conselho de Política Fazendária – CONFAZ.

85. Assinale a opção que indica matéria de ordem tributária que pode ser regulamentada por lei ordinária, conforme a Constituição Federal de 1988

- a) Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro e sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários
- b) regulamentação das limitações constitucionais ao poder de tributar
- c) estabelecimento de normas gerais sobre decadência tributária
- d) Os requisitos para o gozo de imunidades.

DIREITO AMBIENTAL

Thiago Leite

86. Assinale a alternativa correta quanto a Reserva Legal e a Área de Preservação Permanente:

- a) A Reserva Legal é exigida em imóvel rural ou público, enquanto a área de preservação permanente só é encontrada em área rural.
- b) A área mínima de reserva legal em imóvel rural localizado fora da Amazônia Legal é de 25%.
- c) Os empreendimentos de abastecimento público de água e tratamento de esgoto não estão sujeitos à constituição de Reserva Legal.
- d) As restingas, em toda a sua extensão, são consideradas área de preservação permanente.

87. A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova uma emenda à Constituição Estadual, incluindo a previsão de que qualquer instalação que opere com reator nuclear, no Estado de Minas Gerais, deverá exigir aprovação da Assembleia Legislativa, ratificada por plebiscito da população eleitoral mineira. Essa previsão é:

- a) Constitucional, pois a União e os Estados e DF possuem competência legislativa concorrente na matéria em questão.
- b) Inconstitucional, pois a competência legislativa envolvendo atividade nuclear é privativa da União.
- c) Inconstitucional, pois a competência legislativa envolvendo atividade nuclear é privativa do Município onde se encontra a instalação nuclear.
- d) Constitucional, pois os Estados e DF possuem competência legislativa privativa na matéria em questão.

88. O órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA é:

- a) O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.
- b) O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes.
- c) O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).
- d) O Conselho de Governo.

89. É uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica. A descrição se refere a que unidade de conservação?

- a) Reserva de Desenvolvimento Sustentável.
- b) Estação Ecológica.
- c) Reserva Biológica.
- d) Área de Proteção Ambiental.

90. A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova uma emenda à Constituição Estadual, incluindo a previsão de que a exigência de estudo prévio de impacto ambiental e seu respectivo relatório (EIA/RIMA) não se aplica às áreas florestadas ou objeto de reflorestamento para fins empresariais, devendo as normas de exploração estar inseridas no plano de manejo. Essa previsão é:

- a) Constitucional, pois a competência legislativa em matéria de tutela ambiental é concorrente entre União, Estados e DF.
- b) Inconstitucional, pois apenas o Município poderia legislar nesta matéria.
- c) Constitucional, pois não há qualquer norma na Constituição Federal tratando desse instrumento (EIA/RIMA).
- d) Inconstitucional, por criar uma exceção à exigência de EIA/RIMA incompatível com o disposto no inciso IV, do §1º, do artigo 225, da CF.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodolfo Penna

91. Sobre Organização Administrativa, é correto afirmar:

- a) A exploração de atividade econômica pelo Estado será exercida por meio de empresa pública, de autarquia, de sociedade de economia mista e de suas subsidiárias.
- b) A constituição de empresa pública ou de sociedade de economia mista prescinde de prévia autorização legal.
- c) O consórcio público, com personalidade jurídica de direito público, observará as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, à celebração de contratos, à prestação de contas e à admissão de pessoal, que será regido por estatuto próprio.
- d) O contrato de consórcio público será celebrado com a ratificação, mediante lei, do protocolo de intenções.

92. No que diz respeito a disciplina dos Serviços Públicos, é correto afirmar:

- a) O Poder Judiciário tem competência para autorizar, desde que a título precário, a prestação de serviço de radiodifusão com finalidade exclusivamente educativa.
- b) É ilegítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais quando a inadimplência do usuário decorrer de débitos pretéritos, uma vez que a interrupção não pressupõe o inadimplemento de conta regular, relativa ao mês do consumo.
- c) É vedado à concessionária de serviço público contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, bem como a implementação de projetos associados.
- d) Não se aplica o Código de Defesa do Consumidor na relação entre concessionária de serviço público e o usuário final dos serviços públicos essenciais, tais como energia elétrica.

93. Acerca da Intervenção do Estado na Propriedade Privada, assinale a alternativa correta.

- a) Não é cabível reparação decorrente de limitações administrativas em ação de desapropriação indireta.
- b) A qualificação de imóvel como estação ecológica não limita o direito de propriedade, permanecendo a incidência do IPTU.
- c) A intervenção do Ministério Público nas ações de desapropriação de imóvel rural para fins de reforma agrária é obrigatória, porquanto presente o interesse público.
- d) As restrições ao direito de propriedade impostas por normas ambientais, configuram desapropriação indireta, por esvaziarem seu conteúdo econômico.

94. Sobre Licitações, nos termos da Lei 14.133/2021, é correto afirmar:

- a) É inexigível a licitação nos casos de objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.
- b) É inexigível a licitação nos casos em que a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.

c) É dispensável a licitação para a aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos.

d) É dispensável a licitação para a aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

95. Assinale a alternativa correta sobre Atos Administrativos.

- a) O Poder Judiciário poderá revogar atos administrativos ao realizar o controle dos atos administrativos discricionários.
- b) A autoexecutoriedade é caracterizada pela possibilidade de a administração pública anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, sem necessidade de controle judicial.
- c) Os atos vinculados não pressupõem, para sua edição, juízo de conveniência e oportunidade.
- d) Revogação é modalidade de extinção do ato administrativo por motivo de ilegalidade do ato.

96. No que diz respeito aos Bens Públicos, é correto afirmar:

- a) A ocupação indevida de bem público configura posse, suscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias.
- b) Bem público imóvel será alienado mediante licitação na modalidade leilão, independentemente do valor do bem, atendidos os demais requisitos legais.
- c) As terras devolutas indispensáveis à preservação do meio ambiente são bens de titularidade dos Estados.
- d) Entre os bens públicos, apenas os dominicais são sujeitos a usucapião, sendo imprescritíveis tanto os bens de uso comum do povo como os bens de uso especial.

97. Acerca da jurisprudência sobre Processo Administrativo Disciplinar, é correto afirmar:

- a) O controle judicial no processo administrativo disciplinar restringe-se ao exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato, não sendo possível nenhuma incursão no mérito administrativo.
- b) Não é possível, via mandado de segurança, valorar a congruência entre a conduta apurada e a capitulação da pena de demissão aplicada no processo administrativo disciplinar.
- c) É permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, ainda que sem prévia sindicância, tendo em vista o poder-dever de autotutela imposto à Administração.
- d) Eventuais irregularidades ocorridas na sindicância contaminam o processo administrativo disciplinar instaurado posteriormente.

98. Sobre Improbidade Administrativa, é correto afirmar:

- a) Ajuizada a ação de improbidade contra determinado agente público, não caberá recurso contra decisão que receber a inicial.
- b) A aplicação das sanções de improbidade administrativa estará condicionada à rejeição das contas do agente público pelo respectivo Tribunal de Contas competente.
- c) Estando a inicial em devida forma, o juiz ordenará a notificação do requerido para oferecer manifestação por escrito dentro do prazo de dez dias.
- d) A ação de improbidade será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.

99. Assinale a alternativa correta com base na jurisprudência dos Tribunais Superiores.

- a) O prazo prescricional aplicável à desapropriação indireta, na hipótese em que o Poder Público tenha realizado obras no local ou atribuído natureza de utilidade pública ou de interesse social ao imóvel, é de 15 anos.
- b) Os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de 5 anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou

pensão, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas.

- c) Prescreve em 05 anos as ações indenizatórias por danos morais e materiais decorrentes de atos de perseguição política com violação de direitos fundamentais ocorridos durante o regime militar.
- d) É constitucional a utilização de Decreto Legislativo estadual para a fixação de subsídio de deputados estaduais.

100. Com relação a nova Lei de Licitações de Contratos Administrativos, Lei 14.133/2021, sobre contratos administrativos, é correto afirmar:

- a) A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro.
- b) A repactuação deverá observar o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da celebração do contrato.
- c) Uma vez celebrados, os contratos não poderão ser aditados para permitir a adoção dos meios alternativos de resolução de controvérsias.
- d) O contrato poderá ser alterado unilateralmente pela Administração Pública quando conveniente a substituição da garantia de execução.

Preencha seu Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-Juiz-TJMG-10-10-21>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
